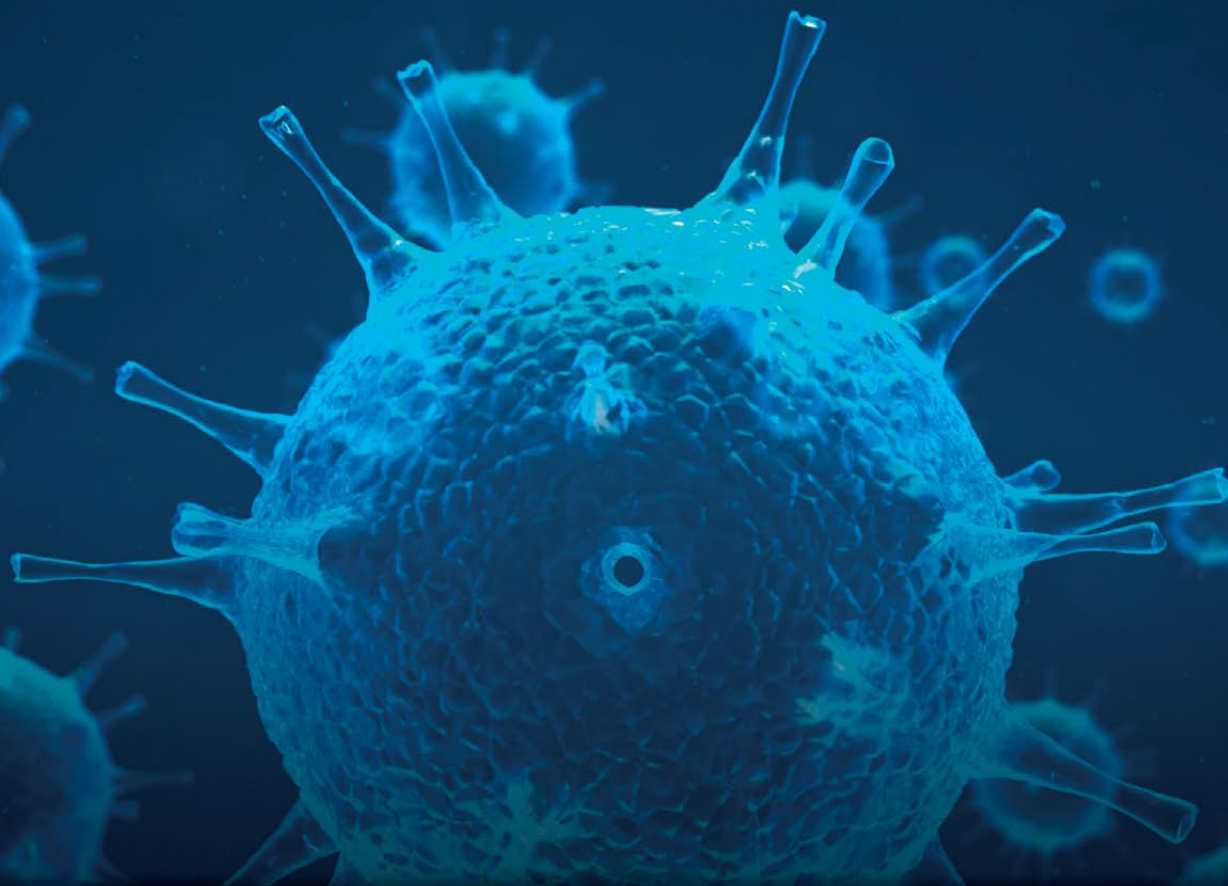


BOLETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • abril de 2020

Municípios unidos para
evitar disseminação do

CORONAVÍRUS



Nesta edição:

Conselho Político da CNM se reúne por videoconferência
Marcha e Cúpula Hemisférica são canceladas
Entrevista com secretário da Atenção Primária à Saúde

Palavra do presidente

Um grande desafio está presente a instigar nossa capacidade de superação neste último ano de mandato e vamos enfrentá-lo juntos, unindo nossas energias e criatividade, buscando amparo nos nossos exemplos bem-sucedidos e exercitando a solidariedade, o companheirismo e o voluntariado. Ao mesmo tempo em que é indispensável acreditar que trabalhamos com um único objetivo – ajudar o próximo, buscando providências e amparo a quem mais necessitar.

A pandemia do coronavírus já está mudando as práticas de gestão, as relações sociais, a economia e as perspectivas futuras nos nossos Municípios. A responsabilidade de conduzir os destinos das nossas comunidades, neste momento crucial, impõe-nos ação imediata, eficaz e eficiente junto aos diversos segmentos com vista a minimizar os impactos negativos que com certeza serão gerados.

A infecção pelo novo coronavírus deverá atingir, infelizmente, parcela considerável da nossa população. Por isso, os métodos de prevenção, as ações de controle ao avanço da contaminação com imediato fortalecimento das nossas redes, bem como o apoio às iniciativas que visam a estancar a paralisia da produção e a geração de renda são importantíssimos.

No momento em que saúde e assistência social mais precisaram de recursos, a queda da arrecadação é iminente por força da paralisia da atividade econômica. Portanto, esforços terão de ser redobrados e nos-



as ações junto às demais esferas do Poder fortalecidas pela união e pela força do movimento municipalista brasileiro.

Após vários contatos com membros da nossa diretoria e com o Conselho Político da entidade, além de vários prefeitos, chegamos à conclusão da necessidade do cancelamento do maior evento político do país, a nossa Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que deveria ocorrer em maio. Mas, mesmo cancelando esse evento tão importante para nós, estaremos atentos e vigilantes para que a pauta junto ao governo federal e junto ao Congresso Nacional possa continuar acontecendo. Dessa forma, peço a compreensão de todos os nossos líderes para que entendam essa necessidade de cancelar a nossa Marcha.

Nesta edição do *Boletim CNM*, nossa equipe – que continua atendendo aos Municípios em regime de home office – destaca os avanços das nossas lutas e principalmente traz orientações para os Entes locais sobre esse cenário crítico que estamos enfrentando. Quero alcançar o meu abraço solidário a todos os gestores do Brasil e dizer a vocês que a CNM está atenta, vigilante e dedicada a atuar junto aos poderes da República na defesa da nossa população e no socorro dos prefeitos e das prefeitas desta Nação. Que Deus abençoe todos nós.

Gladimir Aroldi
Presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à CNM

				
Everaldo Carvalho Soares Prefeito de Macururê/BA	Erivaldo Carvalho Soares Prefeito de Nordestina/BA	Valdir José Zasso Prefeito de Alpestre/RS	Pedro Henrique Machado Prefeito de Alto Alegre/RR	Guilherme Eugênio Granzotto Prefeito de Aratiba/RS
				
José Weiller Prefeito de Jesuítas/PR	Paulo Elias Rodrigues Prefeito de Lassance/MG	Marcos Airton Prefeito de Lençóis/BA	Eliomar Patrício Prefeito de Machadinho D'Oeste/RO	José Renato Teixeira de Souza Prefeito de São Miguel do Gostoso/RN
			<p>Para frear a pandemia de coronavírus, nosso lounge municipalista estará fechado, aguardando novas instruções das autoridades de saúde.</p>	
Angelo Chaves Prefeito de Três Lagoas/MS	Reginaldo das Dores Santos Prefeito Santa Maria de Itabira/MG	Geraldo Fonseca Correia Prefeito de Bertolínia/PR		

Entrevista

“Nossas equipes estão preparadas”, garante secretário de Saúde

Como uma injeção de confiança, a afirmação do secretário da Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Erno Harzheim, vem acompanhada de um alerta. Em participação especial no programa Roda de Conhecimento – que vai ao ar semanalmente nos canais do Youtube e do Facebook da CNM –, ele respondeu às perguntas dos internautas e do supervisor do núcleo de Desenvolvimento Social da Confederação, Denilson Magalhães. Reconheceu os desafios que se impõem ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à gestão municipal com a chegada do novo coronavírus no país. Mas garantiu que o Ministério está atento às demandas e unindo esforços com Estados e Municípios para não sobrecarregar o sistema. “Precisamos estar juntos para enfrentar esse desafio, talvez o maior que o SUS já enfrentou em 30 anos de história”, adiantou. Confira as principais orientações e esclarecimentos dados pelo secretário sobre as ações da pasta e o Protocolo de Manejo Clínico do coronavírus (Covid-19) na Atenção Primária à Saúde.

Por que o Ministério da Saúde tomou a decisão de declarar estado de transmissão comunitária em todo o território nacional?

Com a Portaria 454, o Ministério tem o intuito de proteger as pessoas. Temos, no mundo, trânsito intenso de pessoas, das mais variadas formas. Ônibus, carro, avião, via fluvial. Tentar demarcar fronteiras para definir questões de transmissibilidade é quase uma abstração, porque as fronteiras são muito permeáveis, principalmente as fronteiras internas de um país.

Quais as recomendações para as visitas domiciliares pelas equipes da atenção primária e pelos ACS?

Produzimos material de orientação. Obviamente, devem continuar trabalhando com mais afinco do que nunca, como todo profissional de saúde. É muito importante a participação dos agentes na recepção na unidade. Eles podem identificar idosos e quem tem as doenças do grupo de risco. Já as visitas serão peridomiciliares, isso significa que não serão feitas dentro do domicílio. Chamem o morador na rua, conversem na porta de casa, respeitando distância protocolar que evita a transmissão, de dois metros, chequem potencial suspeita, se há sintomas e incluam na rotina o monitoramento desse paciente. Verificar se será preciso indicá-lo para unidade de referência.

Diante de um caso suspeito, qual o fluxo do paciente dentro da Unidade Básica e até a unidade de Referência?

Preparamos protocolo e fast tracking, curso rápido, para os profissionais identificarem rapidamente, na recepção da unidade, qualquer pessoa com pelo menos um entre quatro sintomas: febre, tosse, dor de garganta e dificuldade de respirar. Quem está na recepção tem que perguntar a todos, e, quando identificar, o paciente recebe máscara e é isolado dos demais. Unidades maiores terão espaço para colocar essas pessoas em ambiente ventilado, com porta e janelas abertas. O restante terá que usar a criatividade, inclusive espaço externo, que é mais adequado que o interno fechado. O nosso protocolo cria um critério para atender em prioridade os mais graves e estabelece um fluxo objetivo que começa na recepção, com identificação dos sintomas. O paciente deve ser colocado em sala aberta, sem ar-condicionado; entra técnico de enfermagem e, mantendo distância, aproxima-se apenas para checar sinais vitais. Depois enfermeira, que não precisa tocar no paciente necessariamente; e o médico com EPIs para auscultar pulmão, olhar faringe, fazer outro exame físico necessário. E, como não temos teste para toda a população, estamos identificando síndrome gripal, que é decorrente de coronavírus, adenovírus, influenza e outros vírus que circulam. O objetivo é: aqueles com sintomas respiratórios ficarem o menor tempo possível na unidade e preferencialmente em ambientes separados dos demais. Lançamos também portaria de telemedicina, permitindo teleconsulta e um guia de como fazer consulta por telefone.

O Ministério da Saúde centralizou a aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Como está sendo feita a solicitação e a distribuição para as equipes de saúde?

A Secretaria já produziu material de orientação dos EPIs e nós sabemos da dificuldade com o abastecimento. Distribuímos [até quinta-feira, 26 de março], 20% do total que compramos, mas temos problema, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, de falta dos equipamentos e testes. Os Estados estão distribuindo, e, em alguns lugares, já chegou, mas o número reduzido de voos dificultou. Muitos foram cancelados, e, no país, a maior parte do transporte de cargas se dá por voo misto, que transporta passageiro e carga simultaneamente.

Sobre o Programa Mais Médicos, como está o preenchimento das vagas e quando os profissionais chegarão aos Municípios?

Tivemos mais de oito mil médicos inscritos e agora estamos no processo de seleção dos Municípios, que terá cinco rodadas de escolha. Isso permite que eles escolham Municípios diferentes a cada rodada. Esperamos preencher 60% das vagas em cada rodada, para chegar a 100% das vagas na quinta. Assim que terminar a divisão, vamos emitir passagem, porque são médicos com CRM e não precisam de curso de formação. Na primeira ou segunda semana de abril, acreditamos que a primeira leva já esteja nos Municípios – são três mil médicos. E o edital para retorno de 1.800 cubanos saiu, com a lista dos profissionais informados pela Opas, de acordo com marco legal do Médicos pelo Brasil, que preenchem requisitos.

Como será a distribuição e o uso dos testes rápidos para a Covid-19?

É mais fácil fazer compra unificada e potente do que começarmos a competir pelos testes. Os que estão chegando serão para as unidades de casos graves e atenção primária, de acordo com número de equipes, tamanho populacional do Município e indicação de casos no local. Mas todos os Municípios vão receber, ninguém vai ficar sem. O teste é rápido para fazer, ele mede o anticorpo que produzimos, se teve contato com vírus. E só dá resultado confiável lá pelo sexto, sétimo ou oitavo dia de sintomas. Então nosso protocolo é, se tem sintoma, fica em isolamento em casa junto com os familiares. No sétimo ou oitavo dia, faz o teste. Se deu negativo, sai do isolamento. Se deu positivo, continua. Depois dos profissionais de saúde, o público-alvo será os idosos, aí sim vai precisar de atenção da equipe de saúde da família, porque, se agravar o quadro, tem que encaminhar para o hospital. Nosso objetivo é fazer o maior número de testes no Brasil.



Institucional

Conselho Político da CNM se reúne pela primeira vez por videoconferência

Em meio à pandemia mundial do novo coronavírus (Covid-19), o Conselho Político – composto pelos presidentes das 27 entidades estaduais de Municípios e pelo Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) – e a diretoria executiva da Confederação se reuniram no dia 24 de março, por videoconferência, pela primeira vez. A crise instalada no Brasil levou representantes do movimento municipalista a buscarem ações para minimizar os efeitos que já são enfrentados pelos Entes locais. Liderados pelo presidente da CNM, Glademir Aroldi, participaram da reunião representantes de mais de 20 Estados.

Aroldi abriu o encontro a distância destacando o regramento para a reunião e agradecendo a participação de todos. Ele solicitou que, pelos próximos meses, o Conselho Político se reúna a cada 15 dias de forma ordinária e sempre que for necessário de forma extraordinária. O presidente da CNM pediu ainda que os prefeitos dialoguem, virtualmente, com parlamentares, para reforçar as pautas prioritárias aos Municípios.

“Fizemos um documento com 17 reivindicações e encaminhamos para os presidentes da República e ministros; Câmara e Senado; STF e TCU. Depois a gente incluiu mais cinco situações e hoje estamos enviando um ofício ao Mandetta [ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta], com uma pauta específica para a saúde, e também encaminharemos pontos da assistência social para o Onyx [mi-



nistro da Cidadania, Onyx Lorenzoni]”, explicou o presidente da CNM.

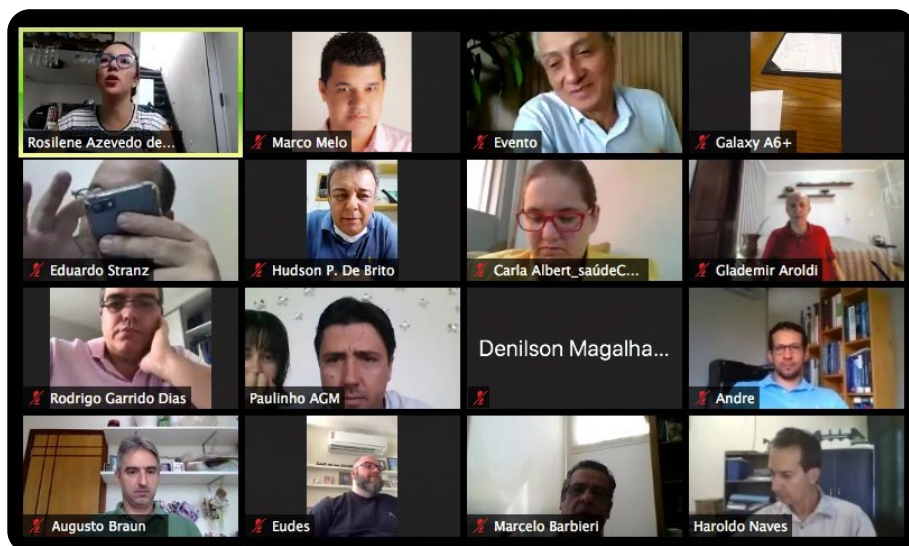
Ele reforçou que os pleitos foram organizados pelos técnicos da entidade, mas que em muitos foram consideradas sugestões dos presidentes das entidades estaduais. “Ontem o governo estava avaliando nossa proposta, e, realmente, houve alguns anúncios para as áreas de saúde e assistência social”, acrescentou Aroldi.

“O apoio financeiro para garantir o FPM [Fundo de Participação dos Municípios] no mesmo patamar de 2019 foi uma proposta nossa, e o governo anunciou R\$ 16 bilhões em quatro meses para Estados e Municípios. Isso deve dar um pouco mais de R\$ 2 bilhões

para os Municípios e trazer alívio para nós”, comemorou o líder do movimento – que opinou sobre a situação fiscal esperada para o futuro do Brasil: **“Nós vamos ter uma queda significativa nos próximos meses. Esses anúncios são apenas um complemento por parte daquilo que vamos perder por conta dessa pandemia”**. Aroldi pediu aos gestores cuidado e cautela com a gestão desses recursos, tendo em vista as dificuldades aguardadas para os próximos meses. “Nós não vamos parar, nosso trabalho vai ser diuturno e, para isso, nós precisamos do apoio dos nossos deputados e senadores”, ressaltou.

Aroldi pontuou cada uma das reivindicações apresentadas e explicou a urgência de todas as demandas para o funcionamento da máquina pública. “São recursos para que os Municípios possam continuar financiando os projetos que já estão no planejamento. Vamos continuar batalhando por recursos, pois sabemos que o que nos espera será muito complicado”, lembrou.

O presidente da CNM lamentou ainda o cancelamento de importantes eventos neste ano. São exemplos a **XIII Cúpula Hemisférica de Prefeitos** e a **XXIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**. Ele destacou que, apesar das medidas emergenciais impostas pelo período, a entidade não cessará a luta pelos pleitos que compõem a pauta municipalista. Saiba mais na **página 16**.



Artigo

O movimento municipalista na agenda da Reforma Tributária

A Reforma Tributária é um grande anseio da sociedade brasileira e dos Municípios e tem sido objeto de reivindicação e dedicação pela CNM desde muito tempo. Em especial, a equipe da CNM tem estudado e atuado, especialmente, na análise propositiva sobre dois Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110/2019 – que tramitam na Câmara de Deputados e no Senado Federal, respectivamente. O tema vem sendo amplamente debatido na sociedade e no Parlamento, tendo como finalidade desburocratizar, simplificar e conceder maior transparência para a legislação tributária. A Comissão Mista do Congresso Nacional inicia seus trabalhos com a análise dos projetos que tratam de um tema absolutamente relevante para a concretização do pacto federativo, haja vista que trata do viés da autonomia financeira.

Diante do fato dessas propostas estarem na ordem do dia da agenda política nacional, aguarda-se ainda a proposta a ser encaminhada pelo Poder Executivo ou sua posição acerca dos projetos em debate. Assim, torna-se fundamental reafirmar neste contexto as premissas do movimento municipalista, a partir dos estudos técnicos por parte da Confederação Nacional de Municípios. Destacam-se:

- 1) a reafirmação e o reforço da autonomia dos Municípios, com a concretização do princípio da subsidiariedade. Além da exigência do compartilhamento de todos os tributos – premissa desrespeitada historicamente pelo aumento das contribuições não compartilhadas;
- 2) Manter e reforçar a sustentabilidade financeira dos Entes locais, evitando perdas aos Municípios e garantindo o espaço para a sua maior participação na divisão da arrecadação nacional;
- 3) a modernização e o fortalecimento dos impostos sobre o patrimônio e, por fim;
- 4) a paridade de representação nos órgãos de gestão das finanças públicas.

Tais pressupostos foram agrupados em três grandes objetivos com a construção de emendas modificativas, com teor bastante semelhante nas propostas das duas casas legislativas. Por questões metodológicas e evitando tautologia, serão elencadas – a partir destes três eixos estruturantes – as emendas elaboradas pela equipe técnica da CNM à PEC 45 e inscrita pelo número regimental de parlamentares.

O primeiro objetivo busca evitar perdas

aos governos locais, evidenciado no maior compartilhamento de todos os impostos, reforçado por duas emendas: a primeira, de autoria do deputado Marcos Aurélio Sampaio, Emenda 127/2019, que visa a adequar os critérios para rateio da cota-parte dos Municípios no IBS, evitando as perdas, estabelecendo ainda o compartilhamento de receitas com os governos locais em casos onde se tenha um aumento da arrecadação do IBS; a segunda, de autoria do deputado Herculano Passos, Emenda 128/2019, dispõe sobre a partilha na arrecadação do Imposto Seletivo com os Municípios, instituindo um fundo que compensaria perdas, com a cobertura de prejuízos em receitas municipais.

O segundo objetivo é traduzido na maior participação dos Municípios na partilha da arrecadação tributária e a necessária equidade federativa, pautas históricas e centrais para que o federalismo trino brasileiro se torne realidade e a Constituição de fato concretizada, após três décadas de sua promulgação. Este é afirmado por quatro emendas:

- I. n. 3/2019, de autoria do deputado Júlio Cesar, dispõe sobre a partilha do CSLL para com os Entes locais e estaduais, destinando metade do recurso para investimento nesses Entes e o restante para a quitação de débitos com a União e pagamento de precatórios;
- II. n. 125/2019, do deputado Silvio Costa, visa a impedir que a União delegue serviços, encargos financeiros ou responsabilidades aos Municípios sem lhes oportunizar a fonte orçamentária e financeira da receita; e
- III. n. 129/2019, do deputado Pedro Westphalen, e 154/2019, do deputado Gil Cutrim, que versam sobre o aumento da participação dos Entes estaduais e locais na distribuição da Cide e retoma a tributação sobre lucros e dividendos.

O terceiro e último objetivo tem por meta o fortalecimento das receitas municipais, sendo concretizado por três emendas:

- I. a Emenda 153/2019, do deputado Gil Cutrim, que busca ampliar a incidência do IPVA sobre veículos aquáticos e aéreos, aumentando a participação dos Municípios na distribuição da arrecadação do imposto;
- II. a Emenda 126/2019 do deputado Be-

nes Leocádio, trazendo a garantia aos Municípios quanto à participação no imposto de renda que incide sobre os rendimentos pagos por pessoas jurídicas que decorrem de contratos de fornecimento de bens e/ou serviços; e

- III. a Emenda 155/2019, de autoria do deputado Santini, que objetiva unificar o IPTU e o ITR com competência exclusivamente local.

Nesta última proposta, que merece uma abordagem específica, verifica-se a mitigação de dois limitadores à efetivação da eficiência tributária local, haja vista modificar a espécie legislativa utilizada para a atualização do valor venal dos imóveis, bem como estabelecer um elemento disciplinador para sua efetivação. Com efeito, pela emenda apresentada, a planta de atualização imobiliária – urbana e rural – será efetivada por decreto sem a necessidade de aprovação legislativa, estabelecendo-se a obrigatoriedade quadrienal – no primeiro ano de gestão – para sua realização. Evidente que ficam garantidas as exceções referentes às pequenas propriedades rurais, bem como as garantias existentes de isenções tributárias.

Este relato do trabalho técnico da Confederação Nacional de Municípios, a partir das deliberações da diretoria da entidade, trazem à agenda do Congresso Nacional demandas do movimento municipalista que são fundamentais na legislação tributária brasileira. Torna-se necessário que os gestores locais permaneçam atuantes a partir das convocações do Presidente Glademir Aroldi para ampliar a legitimidade das lideranças do movimento municipalista no Congresso Nacional, criando o ambiente técnico-político para a aprovação das propostas que buscam efetivar os três objetivos gerais acima dispostos: inexistência de perdas; partilha de todas as receitas e aumento da arrecadação tributária local.

Paulo Caliendo – advogado tributarista, consultor jurídico da CNM, professor universitário. Doutor em Direito.

Ricardo Hermany – advogado administrativo, consultor jurídico da CNM, professor universitário. Pós-Doutor em Direito.

Daniela Arguilar Camargo – doutoranda em Direito e bolsista CNM/UNISC.

Cecille Pallarés Castro e Silva – advogada tributarista e mestranda em Direito.


 Institucional

Repasses da assistência social, crédito e royalties pautam reuniões da CNM

Em diálogo com os Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, a Confederação segue levantando pleitos prioritários para os Entes locais, como a regularização dos repasses da assistência social e a continuidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O objetivo é representar os Municípios no debate nacional, expondo as necessidades e as realidades municipais.

Viabilizar recursos que permitam aos Municípios fazer investimentos necessários à melhoria da qualidade de vida da população também é uma pauta no radar na entidade, que, entre outras reivindicações, luta para ampliar o limite de operações de crédito. A pauta econômica é levada por representantes da CNM a diferentes órgãos do governo federal.

No Supremo Tribunal Federal (STF), a entidade atua, com dados e estudos, para mostrar a necessidade de uma redistribuição mais jus-

ta dos *royalties* do petróleo. Além disso, nesse período de emergência na saúde pública, a CNM defende a situação da gestão municipal e pleiteia pontos importantes para o enfrentamento ao novo coronavírus. Mais informações sobre esse tema podem ser consultadas nas **páginas 8 e 9** desta edição do *Boletim*.

A seguir, confira o resumo das principais reuniões do presidente Glademir Aroldi e da equipe técnica da Confederação na primeira quinzena de março.



Fundos públicos

O presidente Glademir Aroldi debateu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 187/2019, que trata dos fundos públicos, com o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel - que representou o Fórum de Governadores - na sede da entidade em Brasília. O texto institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue até 31 de dezembro de 2016 os que não forem ratificados pelo Poder Legislativo. Atualmente, há mais de 200 fundos ativos.



Estiagem no Sul

A estiagem que prejudica a produção rural no Sul do país foi tema de reunião com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Na reunião, representantes da região pediram apoio para enfrentar os impactos da seca. Em razão da estiagem no Sul e do excesso de chuvas no Sudeste, o presidente da CNM aproveitou a ocasião para solicitar a ampliação do Garantia-Safra para todo o Brasil.



Fundeb

Pleitos da gestão municipal foram apresentados à relatora da PEC do Fundeb, deputada Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), e ao presidente da comissão que avalia o tema, deputado Bacelar (Pode-BA). A entidade municipalista tem trabalhado em aprimoramentos constantes desde que a matéria começou a tramitar. A ideia central é tornar o fundo permanente, uma vez que as regras atuais só valem até o fim de 2020. Veja os pleitos municipalistas para o Fundeb na **página 10**.



Operações de crédito

A CNM defende que um novo limite para operações de crédito seja disponibilizado aos Municípios e Estados. O Projeto de Lei do Congresso Nacional 2/2020 abre a possibilidade de uma nova análise do Conselho Monetário Nacional (CMN). Para tratar dos limites já liberados por ora, de R\$ 8 bilhões para prefeituras, o presidente Aroldi se reuniu com a vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal, Tatiana Oliveira. A entidade quer que haja mais oferta na modalidade com garantia do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que tem juros menores, e que mais cidades sejam contempladas.

Municípios cobram recomposição orçamentária da área social

Com o objetivo de encontrar uma solução para o atraso nos repasses da assistência social, tanto de 2020 quanto de exercícios anteriores, a CNM debate a questão orçamentária com o Ministério da Cidadania. Em reunião com os secretários Nacional e Especial de Assistência Social, Mariana Neris e Sérgio de Queiroz, foram definidos três passos para remediar a situação: resolver o repasse atual, regularizar os atrasados e debater a reestruturação do sistema.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, demonstra forte preocupação com o cenário e o impacto nas prefeituras. “É preciso equilibrar o fiscal com o social, pois o público mais vulnerável é o que mais precisa desses serviços”, destaca. A entidade questiona junto à pasta as restrições orçamentárias previstas na Portaria 2.362/2019, uma vez que, entre outros pontos, po-

de dificultar a quitação dos atrasados, pois a medida dependeria de dinheiro excedente em 2020, onde já há redução de orçamento.

A Confederação também tratou do assunto com o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) – a proposta das entidades é unir esforços para regularizar as transferências reduzidas em 2020, viabilizar o pagamento integral nos próximos meses e trabalhar em diálogo com o Congresso Nacional para recompor os recursos da área.

Ainda na assistência social, a CNM acompanha e estuda a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apelidada de Agenda Social no Congresso Nacional. O pacote reúne projetos de lei com foco em medidas sociais e no combate à pobreza, como mudanças no Bolsa Família, benefícios dos trabalhadores e saneamento básico.



Ag. CNM



“É preciso equilibrar o fiscal com o social, pois o público mais vulnerável é o que mais precisa desses serviços”,



Glademir Aroldi, presidente da CNM

» Em defesa da divisão dos royalties

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia reuniu a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e os governadores de Estados confrontantes e não produtores – representados, respectivamente, pelos chefes do Executivo do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e do Piauí, Wellington Dias – para iniciar os debates referentes aos royalties de petróleo. O julgamento da constitucionalidade da Lei 12.734/2012, que estabelece critérios mais justos de distribuição desses recursos, está agendado para 29 de abril, após adiamentos.

Pleito histórico da pauta prioritária municipalista, a redistribuição dos royalties é defendida pela entidade, pois beneficiará mais de 95% dos 5.568 Municípios do Brasil. Estudos e levantamentos apontam que apenas 30 cidades concentram 70% de todos os royalties e participações especiais distribuídas pela União. Além disso, é importante destacar que a Lei 12.734/2012 prevê regras de transição para não prejudicar os chamados Estados



Ag. CNM

confrontantes e não permitir queda substancial de receitas e que, a cada mês que se adia a entrada em vigor da nova lei, Estados e Municípios não confrontantes deixam de receber R\$ 1,7 bilhão desses recursos.

Em março de 2013, decisão monocrática da ministra Cármen Lúcia suspendeu os efeitos da Lei 12.734/2012. Desde en-

tão, se aguarda o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4.916, 4.917, 4.918 e 4.920, que questionam a constitucionalidade da legislação. A CNM atua como *amicus curiae* – instituição admitida na ação por despacho da ministra relatora em função do grande interesse na questão e da possibilidade de auxiliar com subsídios.


Institucional

CNM orienta Municípios para ações de prevenção ao novo CORONAVÍRUS

A pandemia mundial que chegou ao Brasil nos últimos meses tem nos levado a refletir sobre nossas atitudes e formas de enfrentar os desafios cotidianos. Prefeitos, vereadores e gestores municipais estão acostumados a ouvir a população diariamente e trabalham na busca de soluções para problemas como a falta de médicos e de recursos para manutenção das unidades de atendimento e diversos outros. E, neste momento de crise mundial, os Municípios serão, provavelmente, os mais atingidos. São eles os Entes federados que contam com a menor parcela de participação no bolo tributário e a maior responsabilidade direta com a vida das pessoas. Com o intuito de apoiá-los neste período crítico, a Confederação criou uma série de estratégias para lidar com os efeitos da pandemia.

“Um grande desafio está presente para instigar nossa capacidade de superação neste último ano de mandato e vamos enfrentá-lo juntos, unindo nossas energias e criatividade, buscando amparo nos exemplos bem-sucedidos e exercitando a solidariedade, o companheirismo e o voluntariado. Ao mesmo tempo, é indispensável acreditar que trabalhamos com um único objetivo, ajudar o próximo e alcançar providências e amparo a quem mais ne-

cessitar”, destacou o líder do movimento municipalista em vídeo enviado aos 5.568 Municípios brasileiros e publicado na página criada pela CNM com orientações sobre a Covid-19.

Acesse a página e fique por dentro da campanha Municípios Contra o Coronavírus: a prevenção está nas suas mãos:



Desde o avanço da doença na China e do primeiro caso no Brasil, no dia 26 de fevereiro, em São Paulo (SP), a entidade buscou manter os Municípios informados. No site da CNM, foram divulgadas formas de prevenção e cuidados básicos para reduzir o risco de contrair ou transmitir coronavírus, com base nas recomendações do Ministério da Saúde (MS). Dentre eles:

- lavar as mãos frequentemente com água e sabão por pelo menos 20 segundos, respeitando os cinco momentos de higienização;

- se não houver água e sabonete, usar um desinfetante para as mãos à base de álcool;
- evitar tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas;
- evitar contato próximo com pessoas doentes;
- se manter em casa se estiver doente;
- cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar com um lenço de papel e jogar no lixo; e
- limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência.

Conforme os casos se multiplicavam, a CNM intensificou ainda mais suas ações. No dia 5 de março, durante a Roda de Conhecimento – programa que vai ao ar todas às quintas-feiras nas redes sociais da entidade – a analista técnica da área de Saúde Adriana Araújo orientou os gestores sobre os principais cuidados que deveriam ser tomados com a população. Além disso, ela esclareceu aos telespectadores a origem da doença e as ações da Confederação.

>> Ações da CNM

Em 11 de março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a doença como pandemia de infecção e, com isso, ampliou-se ainda mais os alertas e cuidados junto aos Municípios e aos colaboradores. No Plano de Apoio Emergencial no enfrentamento ao Covid-19, documento construído por vários especialistas que compõem a equipe da entidade, a CNM buscou levantar ações e medidas que poderiam ser tomadas pelos Poderes da República. Até o fechamento desta edição, eram 17 os pleitos apresentados aos Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro; do Senado Federal, Davi Alcolumbre; da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; do Supremo Tribunal Federal, José Antônio Dias Toffoli; do Tribunal de Contas da União, José Mucio Monteiro Filho; e dos ministros da Economia, Paulo Guedes; da Saúde, Luiz Henrique Mandetta; da Cidadania, Onyx Lorenzoni; da Casa Civil, General Braga Netto; e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos.

Confira as demandas:



>> Conquistas: Medidas emergenciais do governo federal

O governo federal anunciou um conjunto de medidas emergenciais para atuar no combate aos efeitos diretos e indiretos da Covid-19, mas ainda não existe um detalhamento suficiente delas para que se possa fazer uma avaliação completa. Portanto, estamos basicamente apenas reproduzindo o que foi divulgado e fazendo algumas especulações sobre sua implementação.

Falando de maneira geral, o governo anunciou um montante de R\$ 88,21 bilhões para auxiliar Estados e Municípios durante a crise, os quais estariam distribuídos para as seguintes finalidades:

- Recomposição FPE e FPM = R\$ 16 bi
- Transferência para saúde = R\$ 8 bi
- Orçamento Assistência Social = R\$ 2 bi
- Suspensão de dívidas dos Estados com a União = R\$ 12,6 bi
- Renegociação com bancos federais = R\$ 9,6 bi
- Operações de crédito = R\$ 40 bi

A CNM ainda está atuando em várias outras frentes, junto ao Congresso Nacional existem alguns projetos de lei que estão sendo votados de acordo com a nossa pauta. Estamos fazendo pedidos individualizados aos Ministérios da Saúde, da Cidadania, da Economia, diretamente ao Palácio do Planalto, a fim de que essas e outras pautas sejam resolvidas o mais rápido possível.

Para a saúde já podemos comemorar algumas conquistas anunciadas e portarias publicadas:

- Portaria MS 395/2020 - Disponibiliza 424 milhões para ações e serviços de média e alta complexidade de enfrentamento a pandemia;
- Portaria MS 480/2020 - Disponibiliza R\$ 600 milhões para ações e serviços de saúde de enfrentamento a pandemia;
- Portaria MS 488/2020 - Definem a operacionalização das emendas parlamentares destinadas à saúde;
- Portaria MS 545/2020 - Amplia a aplicação das emendas parlamentares às medidas de enfrentamento a pandemia;
- Edital SAPS/MS 5/2020 - 5 mil novas vagas no Programa Mais Médicos para atender a pandemia;
- Edital SAPS/MS 7/2020 - renova os contratos dos médicos do 13º Ciclo do Programa Mais Médicos; e
- Edital SAPS/MS 8/2020 - Retorno de 1.800 médicos cubanos que permaneceram no Brasil, ao Programa Mais Médicos.



 Institucional

Ministros ouvem municipalistas e sugerem atuação conjunta

Definidas as principais dificuldades encontradas pelos gestores locais das cinco regiões do país no enfrentamento do novo coronavírus – em reunião do Conselho Político da CNM – e reunidas as orientações da entidade às prefeituras e às secretarias municipais, o presidente Glademir Aroldi participou de uma série de reuniões com o alto escalão do governo federal. O objetivo foi traçar uma estratégia nacional que minimize os impactos negativos da Covid-19 e das medidas emergenciais, como o isolamento social e a suspensão de serviços. Os encontros, por videochamada e com a participação das entidades estaduais, ocorreram na última semana do mês de março.

Além da conversa com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que teve grande repercussão na mídia, o presidente da CNM esteve em contato com os ministros da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e a da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tereza Cristina. No domingo, 29 de março, Guedes e sua equipe, que incluía representantes do Tesouro Nacional, listaram compromissos com os gestores públicos locais e a população. Alguns envolvendo a liberação de recursos financeiros, principalmente para saúde e assistência social. Presidentes de cinco estaduais – uma por região do país – apontaram demandas regionais e sugestões. O governo também pediu apoio dos gestores a projetos que tramitam no Congresso, como o que trata da execução da Lei Orçamentária de 2020, o PLN 2/2020, e do Plano Mansueto, que consta no PLP 149/2019.

Veja os principais compromissos firmados na reunião com o ministro Paulo Guedes para o período de emergência e calamidade:

“Nós não acreditamos na centralização de recursos. Uma democracia mais forte tem recursos descentralizados. O dinheiro vai para a ponta, onde o povo vive. Quem entrega saúde, saneamento, educação são os prefeitos”, ministro Paulo Guedes.



Ag. CNM

- manutenção dos valores nominais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 2019 por quatro meses a partir de março – montante de R\$ 16 bilhões. Para isso, é preciso aprovar o PLN 2/2020;
- liberação de R\$ 600 por mês a trabalhadores informais. Municípios deverão apoiar no cadastro;
- desvinculação de recursos para que possam ser utilizados conforme a gestão municipal definir de acordo com sua realidade;
- liberação de R\$ 8 bilhões como incremento financeiro emergencial à Atenção Primária da Saúde;
- liberação de R\$ 2 bilhões para assistência social diretamente para os Municípios;
- liberação de R\$ 40 bilhões para operações de crédito – também exige aprovação do PLN 2/2020;
- pedido da CNM para adiamento/suspensão/diferimento de recolhimentos previdenciários no RGPS e RPPS: Ministério da Economia irá apoiar, mas adiantou que é

- preciso avaliar questões constitucionais;
- pedido de suspensão da negativação dos Municípios e dos Consórcios municipais no Cauç e do bloqueio das transferências constitucionais e voluntárias em decorrência da não homologação do Siops e do Siope e/ou por irregularidades na RFB: equipe econômica falou da necessidade de aprovação do PLP 149/2019;
- reuniões semanais entre Municípios e o Ministério da Economia.

» Abastecimento

Com os ministros Tarcísio Gomes e Tereza Cristina, as lideranças municipalistas discutiram um mesmo assunto: a garantia de funcionamento da cadeia produtiva de alimentos. “O caminhoneiro tem que ter uma estrutura, porque o caminhão vai continuar quebrando. Nós vamos ter pneu furado e vai ter que ser consertado. Nós vamos precisar da oficina, do restaurante para que ele faça sua refeição”, destacou o ministro da Infraestrutura. Ele alertou que é importante os gestores se atentarem à logística de transporte de carga intermunicipal inclusive para distribuição de insumos hospitalares, como máscaras, respiradores e testes para a Covid-19. Após as reuniões, que ocorreram nos dias 25 e 26, a CNM divulgou Nota Técnica na Biblioteca do site a fim de orientar os Municípios.



Ministério da Infraestrutura/Divulgação

Congresso Nacional

Extinção de Municípios e Reforma Tributária sob análise

Em um mês atípico no Congresso Nacional – em que as duas primeiras semanas foram dedicadas ao orçamento público federal e na segunda quinzena teve plenário e comissões esvaziadas em razão do coronavírus –, a CNM não parou os trabalhos de articulação política. Pelo contrário, propostas que tratam de temas importantes à gestão municipal, como pacto federativo, sistema tributário e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) [leia mais na página 10] estão com as discussões bem avançadas e exigem do movimento municipalista monitoramento e atuação constante.

A primeira reunião de 2020 das frentes parlamentares em Defesa dos Municípios Brasileiros (FMB), do Pacto Federativo (FPPF) e dos Consórcios Públicos ocorreu em 4 de março com a participação de mais de 25 deputados e equipes de assessores. O encontro, na sede da CNM, focou na extinção de Municípios prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 188/2019; e na PEC 15/2015, do Fundeb. Antes de passar a palavra aos presentes, porém, o presidente Glademir Aroldi distribuiu o caderno entregue ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) dias antes, com todas as propostas prioritárias que aguardam votação. Entre elas, as que tratam do reajuste do piso do magistério; da inclusão das Organizações Sociais (OS) nos limites de pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); do 1% do FPM de setembro; e das Reformas Tributária e da Previdência.



Ag. CNM

» Extinção de Municípios

Sobre a PEC 188/2019, que aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Aroldi reforça efeitos do trecho que define critérios para extinção. “Entre incorporados e incorporadores, 1.820 Municípios serão impactados. São 33 milhões de brasileiros, e o gestor não vai ter como atender a população da mesma maneira como ela está sendo atendida hoje por causa das quedas que terão nos repasses do FPM [Fundo de Participação dos Municípios] e do ICMS”, alerta. Felipe Espinosa, chefe de gabinete do relator da PEC, senador Marcio Bittar (MDB-AC), participou da reunião das frentes e garantiu que o parlamentar está aberto ao diálogo. “A PEC é muito extensa e tem temas peculiares. Nosso

intuito é escutar, entender e levar [as sugestões] para fazer a análise”, informou.

Para sensibilizar os membros da CCJ e garantir que o parecer final do colegiado não tenha o artigo em questão, a CNM entregou aos senadores estudo jurídico mostrando que “a extinção de Municípios por critério quantitativo de habitantes, desvinculado de questões geográficas, de potencial tributário, sem índices qualitativos de melhoramento arrecadatório, sob a alegação de sustentabilidade financeira, não se alinha ao espírito constituinte originário”. Ainda segundo o documento, da forma como foi apresentado, o trecho afronta sete regras previstas na Constituição de 1988.

» Reforma tributária

Instalada no início do mês, a Comissão Mista da Reforma Tributária alterou seu cronograma de trabalho em razão das medidas de prevenção ao vírus. O objetivo do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) era votar o relatório em 5 de maio, porém, com o adiamento de audiências públicas – inclusive com a participação da CNM –, o colegiado formado por 25 senadores e 25 deputados deve levar mais tempo para concluir os debates. Eles pretendem reunir as duas propostas em tramitação no Congresso, a PEC 45/2019 e a PEC 110/2019, com o texto a ser encaminhado pelo governo. O movimento municipalista, que já apresentou 19 emendas às duas PECs, continua acompanhando as atividades para garantir que as demandas locais sejam atendidas.



Ag. Senado

Estudos

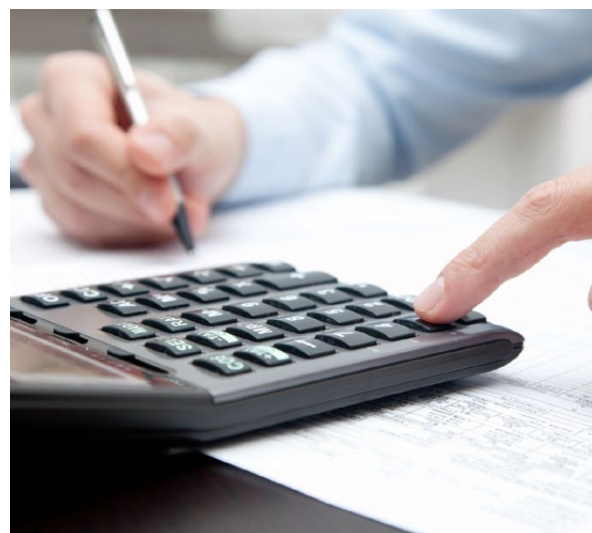
Municípios precisarão de criatividade neste final de mandato

Redução orçamentária, dívidas de precatórios e ações emergenciais, como o enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19), são alguns dos desafios que os gestores municipais enfrentam neste último ano de mandato. O ano começou com drástica queda nos recursos destinados à política socioassistencial e com menos verba para o pagamento dos Restos a Pagar (RAPs).

Além de enchentes em diversas regiões e da proliferação do coronavírus, os gestores locais também precisam encarar a realidade da dívida dos precatórios e a má-distribuição de lei-

tos hospitalares pelo Brasil, problema antigo, evidenciado pelo crescimento de casos de infectados pelo Covid-19.

“Mais um ano difícil para os Municípios. E os desafios são grandes, neste último ano de mandato, mas vamos enfrentá-lo juntos e com criatividade”, lembra o presidente Glademir Aroldi ao tentar manter o otimismo. No entanto, ele também está bastante preocupado com os impactos da crise sanitária, econômica e financeira. “É evidente que o mundo está em crise, mas vamos reforçar a luta para tentar atenuar os impactos nos Municípios”, lembrou o presidente.



Política de Assistência Social nos Municípios

Menos **R\$ 1 bilhão** para proteção social pode parar a Política de Assistência Social nos Municípios, avisa CNM. A baixa de recursos, segundo o presidente Glademir Aroldi, compromete ações de acolhimento à população em situação de vulnerabilidade; de combate à fome, à miséria, à violência doméstica, física e/ou sexual, à dependência química e ao trabalho infantil. Assim como a proteção de idosos e crianças.

Pelos cálculos da entidade, a verba será

56% menor, em 2020, para pagamento de pessoal, aquisição de insumos para oficinas, manutenção da estrutura física e Serviços de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (Paif) e para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (SCFV). O orçamento dos últimos anos, para este fim, fechou em torno de R\$ 1,2 bilhão; ano passado, o recurso alcançou patamar de R\$ 1,8 bilhão.

O investimento encolheu para R\$ 797 milhões e esse valor deve financiar toda a Prote-

ção Social Básica, presente em 99% dos Municípios, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). A Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (IGD-PBF) se manteve congelada, em termos de recurso; o Sistema Único de Assistência Social (IGD-Suas) terá menos R\$ 60 milhões, impacto de -76%; e a Proteção Social Especial contará com R\$ 230 milhões a menos.

Serviços Socioassistenciais e Aprimoramento da Gestão do SUAS

Valores correntes das Leis Orçamentárias Anuais

Ação	Ano							
	2017	2018	Cresc	2019	Cresc	2020	Cresc	
219E	Ações de Proteção Social Básica	1.308.552.816	1.044.009.789	-20,2%	1.800.351.099	72,4%	797.030.515	-55,7%
219F	Ações de Proteção Social Especial	593.379.495	505.399.645	-14,8%	637.271.664	26,1%	400.417.663	-37,2%
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	513.000.000	510.000.000	-0,6%	550.770.000	8,0%	544.122.625	-1,2%
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	109.451.195	163.003.967	48,9%	79.044.050	-51,5%	19.038.642	-75,9%
217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz	239.993.146	281.229.481	17,2%	502.525.000	78,7%	485.386.064	-3,4%
Total		2.764.376.652	2.503.642.882	-9,4%	3.569.961.813	42,6%	2.245.995.509	-37,1%

» Orçamento federal terá -R\$ 9,3 bilhões para RAPs

A mesma tendência de declínio de recursos para área social foi conferida nos Restos a Pagar (RAPs) inscritos no Orçamento Geral da União (OGU), de 2019 para 2020. Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) destinou R\$ 181,5 bilhões para os RAPs, mas serão R\$ 9,328 bilhões a menos para os cofres municipais, ou seja -4,89%.

Mesmo com a verba encurtada, novas inscrições deixaram os RAPs com saldo positivo no orçamento – aumento de R\$ 9,525 bilhões; e o volume de reinscritos R\$ 18,854 bilhões menor do ano passado para este.

De acordo com estudo da CNM,

77% deles são de obras iniciadas ou de produtos entregues, sem que a certificação tenha sido promovida pela instituição financeira, para que ocorra o pagamento.

Em janeiro, a soma de repasses pendentes ultrapassava os R\$ 29 bilhões. Deles, os inscritos de outro exercício, tanto processados como não processados, representavam R\$ 20,9 bilhões. Números que apontam um crescimento de RAPs na condição processado, sem que o recurso tenha chegado aos cofres municipais. Curiosamente, Educação, Saúde e Integração Nacional concentram 79% do total – R\$ 23,6 bilhões.



Exercício	"Inscritos no Ano (A)"	"Reinscritos (B)"	"Total (A + B)"	"Variação do Inscritos no Ano (A)"		Variação do Total (A + B)	
				Reais (\$)	Perc (%)	Reais (\$)	Perc (%)
2016	124.224.792.017	63.139.007.224	187.363.799.242	-26.885.209.704	-17,79%	-41.659.484.051	-18,19%
2017	96.636.386.610	53.332.428.295	149.968.814.904	-27.588.405.407	-22,21%	-37.394.984.337	-19,96%
2018	106.261.682.929	50.112.102.994	156.373.785.923	9.625.296.319	9,96%	6.404.971.018	4,27%
2019	142.180.876.993	48.702.299.833	190.883.176.825	35.919.194.064	33,80%	34.509.390.903	22,07%
2020	151.706.696.619	29.847.934.582	181.554.631.202	9.525.819.627	6,70%	-9.328.545.624	-4,89%

Fonte: Estudos Técnicos CNM, com dados do Siafi

» Municípios terão de pagar R\$ 40 bilhões até 2024

Levantamento da CNM, junto aos Tribunais de Justiça, revela o valor da dívida dos Municípios com precatórios e passivos – **R\$ 40 bilhões**. Zerar essa cifra, até 2024, causará aumento significativo na Dívida Consolidada dos Entes municipais e, conseqüentemente, impacto nos limites de endividamento previstos na Lei 101/2000 de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Precatórios são dívidas dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União – e de suas autarquias e fundações – expedidas pelo Poder Judiciário a partir de condenação judicial definitiva. Do montante, 3.023 Municípios são devedores na Justiça Comum, 409 na Justiça Federal e 1.530 na Justiça Trabalhista. As requisições de pagamento seguem as regras estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e por Emendas Constitucionais (EC).

Relembre: A EC 62/2009 fixou 15 anos para pagamento, dentre outras alterações que foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2013. Em modulação de efeitos, a Corte permitiu o regime da emenda pelo prazo de cinco anos, a partir de 2016. Em dezembro 2016, a EC 94 instituiu o regime especial e possibilitou o parcelamento da dívida, até 31 de dezembro de 2020, com correção monetária pelo IPCA-E e juros pela caderneta de poupança.

O prazo vigente foi trazido pela EC 99/2017, que estendeu o prazo para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios até 31 de dezembro de 2024 para quitar precatórios, incluindo os pendentes até 25 de março de 2015. Contudo, essa emenda previu a criação de linhas de crédito especiais pela União ou por suas instituições financeiras, mas até agora essa determinação não foi atendida.

» Saúde pública terá de enfrentar o coronavírus, com -2.307 leitos

Em tempos de baixa de recursos e de pandemia por coronavírus, mais um problema vem à tona no Brasil: a redução de leitos hospitalares e má distribuição dos existentes entre as cinco regiões do país. Há anos, a CNM mostra a problemática, evidenciada nos números do Departamento de Informática do SUS (Datasus). São menos 2.307 leitos, de 2018 a janeiro 2020.

O leitos em ambientes hospitalares são cirúrgicos, clínicos, obstétricos, pediátricos, hospital dia e/ou outras especialidades. A redução observada no período afetou todas as categorias, com destaque para "outras especialidades", que contabiliza 3.666 leitos a menos. São menos 2.115 leitos pediátricos, menos 912 obstétricos, menos 284 hospital dia.

Enquanto quatro regiões tiveram perda de leitos, com destaque para o Sudeste e o Norte, com -4,2 e -4,0%, respectivamente, o Centro-Oeste, registrou 9.148 novos leitos, crescimento de 24,7%. Números que reforçam a má distribuição, só para ter uma noção, 15.670 unidades estão no Estado de São Paulo.

Dos 59.795 leitos complementares registrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), dos quais 53,6% atendem as demandas do SUS, 26,2% está em São Paulo. Seguindo a mesma tendência, o Sudeste fica com mais 50% da oferta total. A menor menor quantidade registrada, proporcionalmente, está no Centro-Oeste.


 Parcerias

Consórcio utiliza Câmaras Setoriais para melhorar resultados

A criação de um consórcio com atuação multifuncional, ou seja, que trabalhe em várias frentes da gestão municipal, foi a alternativa encontrada por 21 Municípios do Maranhão na busca de solução rápida e eficaz na solução de problemas relacionados às localidades. Da união surgiu o Consórcio Intermunicipal Multimodal (CIM) que atualmente conta com 26 Municípios, incluindo um do estado do Pará.

Para a atuação acontecer fora das fronteiras do estado do Maranhão, o estatuto teve que ser reformulado e modernizado. **“No ano passado nós fizemos na nossa última reunião do ano, aprovamos o salto de gestão do CIM. Dentro dele, nós temos a intenção de atuar em várias áreas: saneamento, infraestrutura, de educação, de saúde. Foi aprovado pela assembleia geral do consórcio e nós começamos a trabalhar isso efetivamente”**, o destaque foi reforçado pela presidente do Consórcio e prefeita de Vila Nova dos Martírios (MA), Karla Batista.

Com esse salto de gestão, foram criadas Câmaras Setoriais Temáticas que visam unir esforços para tratar de temáticas específicas e com medidas que contemplem todos os Municípios participantes do consórcio. A primeira implementada foi a de saneamento básico. “A Câmara Setorial de Saneamento conta com os técnicos da área nos Municípios e técnicos do nosso do consórcio. Nós estamos discutindo essa área do sa-



neamento que é extremamente importante e que necessita de uma atuação mais forte dos Municípios e dos atores envolvidos”, completou a prefeita.

Já na lista implementação está a Câmara Setorial de Infraestrutura que vai voltar o olhar para a logística do Estado e para as potencialidades que podem ser trabalhadas. “Nós temos feito o dever de casa. Temos trabalhado e organizado o nosso consórcio para que esteja pronto para atuar em todas as mais diversas áreas que possam contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A atuação tem essa capacidade de chegar mais rápido de maneira mais rápida e efetiva até as pessoas fazendo com que a execução de políticas públicas diminua o caminho mais longo por qual passa o Município”, cita Karla Batista.

» Implementação do Consórcio

Antes de atuar em diversas frentes, o Consórcio Intermunicipal Multimodal nasceu da necessidade de atuação mais próxima da empresa detentora da exploração da ferrovia de Carajás. Entre as ações estava a questão da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que pudesse transformar os recursos oriundos da compensação em melhorias para os Municípios afetados.

Ao observar os benefícios aos Municípios, mais localidades passaram a integrar o consórcio. Para a presidente do CIM, a legislação aplicada a consórcios públicos permite alcançar mais rápido as ações almejadas e comuns aos Municípios. “Uma coisa que é muito importante é a questão da economicidade. Os Municípios do consórcio podem fazer compras públicas juntas, que são de interesse dos Municípios e que são comuns. Isso leva a uma economia muito grande”, reforça Kátia.

Para tanto, Kátia Batista lembra que é necessário que os prefeitos e os integrantes do Consórcio tenham paciência quanto ao andamento das demandas dos consórcios. Entre as medidas é necessário que se tenha persistência. “A gente passa por dificuldades. Eu considero que as coisas demoram a acontecer por falta de conhecimento mesmo. Todos nós somos limitados, temos muito o que aprender. Os nossos resultados hoje são frutos de muito trabalho e persistência. **Nós temos que fazer esse trabalho de conscientização entre os entes consorciados, de enfrentar as batalhas que os Municípios têm e enfrentar juntos. Se a gente for individualmente para qualquer luta, nós vamos mais frágil. Se formos unidos, a gente fica mais forte”** finaliza.



Consórcio CIM

Consórcio CIM

Na Mídia

Apoio emergencial solicitado pela CNM pauta jornais

As 17 reivindicações urgentes elencadas pela Confederação para viabilizar ações emergenciais de enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19) ganharam destaque em veículos de alcance nacional. O documento foi divulgado, por exemplo, pelo jornal Folha de S.Paulo na matéria Estados e Municípios pedem à União repasses extras e suspensão de dívida e pelo Valor Econômico, em Prefeituras pedem créditos extraordinários e suspensão de contribuição previdenciária.

À reportagem do Valor, o presidente da entidade municipalista, Glademir Aroldi, ressaltou o apoio técnico da Confederação aos Municípios em situação mais grave para pedidos de decretação da calamidade pública. Entre outros pleitos, os jornais destacaram demandas da CNM para garantir um patamar mínimo nos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a liberação de incremento financeiro emergencial à atenção primária de saúde e de um termômetro por 120 dias do pagamento

da dívida com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O presidente da CNM também conquistou espaço na mídia para falar da possível extinção de Municípios, presente na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 188/2019, idealizada pelo governo federal e em tramitação no Senado Federal. Na reportagem Extinção de municípios afeta receita per capita, do Valor Econômico, o líder municipalista reforça a tese de que a medida seria inconstitucional.

Além disso, Aroldi reforçou os dados de perda de arrecadação que teriam "não somente os 1.217 Municípios a serem extintos, como também as 702 cidades que podem incorporá-los". Isso ocorreria, pois a partilha do FPM é baseada em coeficientes por faixa populacional. Com a junção, as cidades podem não ter habitantes suficientes para ultrapassar um coeficiente. Assim, receberiam o mesmo valor para administrar, no entanto, uma região maior e atender a mais cidadãos.

Restos a pagar

Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) estimando que, no início de 2020, a soma de Restos a Pagar (RAPs) pendentes de repasses para os cofres municipais ultrapassa R\$ 29,1 bilhões também repercutiu em diversos veículos de imprensa. De forma regionalizada, os jornais com foco estadual fizeram o recorte de quanto cada Estado teria a receber.

Os Restos a Pagar (RAPs) são despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro de cada ano. Eles estão relacionados aos estágios da despesa pública — empenho, liquidação e pagamento. O presidente da CNM, em entrevistas à imprensa, falou sobre o impacto negativo que os RAPs têm nos Municípios, como obras paradas e a população sem o serviço prometido.

Extinção de municípios afeta receita per capita

maior parte das prefeituras brasileiras. Juntos, o FPM e o CMS representam cerca de 60% do total de receitas em arrolamento da PEC nº 188) continuariam a receber o mesmo valor de FPM. O entendimento da assessoria jurídica da CNM é de que a proposta de extinção de municípios é inconstitucional. "Nossa expectativa é que o relator da PEC [senador Marco Bitar] retire a proposta de seu relatório", diz Glademir Aroldi, presidente da confederação. Caso isso não aconteça, Aroldi espera "entrar a proposta de vez" na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O relatório de Bitar será apresentado prioritariamente a CCLJ, para depois ser apreciado no plenário da casa. Abastecido com parte das receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o FPM é uma das principais fontes de receita da

maior parte das prefeituras brasileiras. Juntos, o FPM e o CMS representam cerca de 60% do total de receitas em arrolamento da PEC nº 188) continuariam a receber o mesmo valor de FPM. O entendimento da assessoria jurídica da CNM é de que a proposta de extinção de municípios é inconstitucional. "Nossa expectativa é que o relator da PEC [senador Marco Bitar] retire a proposta de seu relatório", diz Glademir Aroldi, presidente da confederação. Caso isso não aconteça, Aroldi espera "entrar a proposta de vez" na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O relatório de Bitar será apresentado prioritariamente a CCLJ, para depois ser apreciado no plenário da casa. Abastecido com parte das receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o FPM é uma das principais fontes de receita da

O GLOBO ECONOMIA Dobra número de cidades em que aposentadorias superam 25% do PIB local Recursos do INSS já equivalem a um quarto da economia em 603 municípios, maior quantidade já registrada

CADA VEZ MAIS DEPENDENTES DO INSS Dobra número de cidades em que aposentadorias superam 25% do PIB local O PISO DOS BENEFÍCIOS O Brasil tem 1.217 municípios com população inferior a 10 mil habitantes. São os chamados municípios pequenos. Eles são os mais vulneráveis à extinção por não terem condições de manter suas estruturas administrativas e financeiras. A CNM alerta que a extinção de municípios pode afetar a arrecadação de impostos e a prestação de serviços públicos. Além disso, a extinção pode levar à perda de empregos e à redução da arrecadação de impostos. A CNM pede que o governo federal tome medidas para evitar a extinção de municípios e garantir o acesso aos serviços públicos.

METRÓPOLES "Promete, mas não entrega": prefeituras cobram R\$ 29 bi da União O Brasil tem 1.217 municípios com população inferior a 10 mil habitantes. São os chamados municípios pequenos. Eles são os mais vulneráveis à extinção por não terem condições de manter suas estruturas administrativas e financeiras. A CNM alerta que a extinção de municípios pode afetar a arrecadação de impostos e a prestação de serviços públicos. Além disso, a extinção pode levar à perda de empregos e à redução da arrecadação de impostos. A CNM pede que o governo federal tome medidas para evitar a extinção de municípios e garantir o acesso aos serviços públicos.

mercado 1 FOHRA DE SPALMO Estados e municípios pedem à União repasses extras e suspensão de dívida Prefeituras pedem créditos extraordinários e suspensão de contribuição previdenciária RS declara calamidade pública e anuncia medidas econômicas

Eventos

Marcha e Cúpula Hemisférica são canceladas

Pela primeira vez desde 1998, quando ocorreu a primeira edição, não haverá *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. A 23ª edição do maior encontro da gestão municipal do país estava marcada para 25 a 28 de maio no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), local que, há alguns anos, recebe mais de 7 mil gestores e autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O evento tem como objetivo fortalecer o movimento, capacitar os participantes – entre prefeitos, secretários e vereadores – e colocar a pauta municipalista no centro do debate público. Não só o número de pessoas, como também os compromissos e as conquistas decorrentes da Marcha, crescentes nas últimas edições, são provas da sua relevância. Por esses motivos, no comunicado oficial do cancelamento, divulgado dia 19 de março, o presidente Glademir Aroldi lamenta a decisão, tomada em conjunto com os conselhos Político – formado por representantes das 27 entidades estaduais –, Diretor e Consultivo da CNM e o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM).

Da mesma forma, Aroldi destaca a excepcionalidade e a gravidade do contexto. Além de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter reconhecido a pandemia do novo coronavírus [saiba mais nas **páginas 8 e 9**] uma semana antes, o governo federal decretou, com a aprovação do Congresso Nacional, calamidade pública. Seguindo as orientações do Ministério da Saúde, diversas secretarias de saúde e governos estaduais solicitaram o adiamento ou cancelamento de eventos com aglomeração de pessoas. Razões que motivaram a CNM e a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) a suspenderem também a *XIII Cúpula Hemisférica de Prefeitos e Governos Locais* na semana anterior à realização. O evento estava previsto para ocorrer de 17 a 20 de março em Olinda (PE), em conjunto com a Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Go-



**MARCHA
CANCELADA,
VIGILÂNCIA
REFORÇADA.**

Comunicamos o cancelamento da **XXIII Marcha** e convocamos todos a fortalecer nossa mobilização online nas redes sociais da CNM. Siga, curta e compartilhe para continuarmos avançando na defesa da Pauta Municipalista em Brasília.

vernos Locais (Flacma), o Governo do Estado de Pernambuco, os Municípios de Recife e Olinda e as Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Em ambos os casos, logo após o anúncio, as organizações definiram procedimentos e agora estão em contato com os inscritos para reembolso dos valores de inscrição.

Glademir Aroldi lembra ainda que a paralisa da atividade econômica, a consequente diminuição de receitas e o aumento das despesas, principalmente com saúde, devem onerar mais os cofres públicos, exigindo grandes responsabilidades. Por ser último ano de mandato, em que os gestores precisam lidar com restrições do calendário eleitoral, “é importante que prefeitos, prefeitas e suas equipes estejam próximos aos seus munícipes, somando esforços para superação das dificuldades”.

» Capacitações

As edições do CNM Qualifica, nas cinco regiões do país, estão temporariamente suspensas. Além de evitar a circulação dos palestrantes em aeroportos e Municípios em que já estava registrada transmissão comunitária, a decisão atende protocolos de prevenção à transmissão do vírus, principalmente em locais fechados. Ainda não há data prevista para retomada do calendário. O Instituto Paulo Ziulkoski (IPZ), responsável pelas capacitações, irá atualizar as informações no [site www.cnmqualifica.cnm.org.br](http://www.cnmqualifica.cnm.org.br).